



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



51º CONSELHO DIRETOR

63ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

Washington, D.C., EUA, 26 a 30 de setembro de 2011

Tema 8.6 da agenda provisória

CD51/INF/6 (Port.)
15 de agosto de 2011
ORIGINAL: INGLÊS

RELATÓRIOS DE PROGRESSO SOBRE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

ÍNDICE

A. Estado de Execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS).....	2
B. Plano Mestre de Investimentos de Capital	9

A: ESTADO DE EXECUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO (IPSAS)

Introdução

1. A 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, realizada em setembro de 2007, determinou que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) passasse a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS, na sigla inglesa) a partir de 1º de janeiro de 2010 (Resolução CSP27.R18). Essa decisão permitiu à Organização ajustar suas normas de informação financeira e contabilidade às formuladas peritos independentes e a harmonizá-las com a da Organização das Nações Unidas (ONU) e das suas agências especializadas.

2. Os princípios das IPSAS preveem:

- (a) possibilidade de comparação da OPAS em termos de desempenho e posição financeira com outras organizações e governos internacionais;
- (b) maior transparência da informação financeira, o que contribui para melhorar a governança e a gestão financeira interna;
- (c) harmonização da contabilidade e informação financeira no âmbito do sistema das Nações Unidas, assim como relatórios financeiros de melhor qualidade nas Nações Unidas e suas agências; e
- (d) uniformidade na prestação de informações financeiras.

Antecedentes

3. As antigas Normas Contábeis do Sistema das Nações Unidas (UNSAS) foram formuladas pela ONU nos anos 1990 e aplicadas apenas a suas agências especializadas. A opinião era de que careciam de transparência e permitiam uma comparação limitada com as informações financeiras de outros organismos internacionais. Portanto, as Nações Unidas e suas agências especializadas reconheceram que era preciso adotar normas contábeis independentes para que as melhores práticas fossem seguidas apresentação de demonstrações financeiras e na contabilidade pelo regime de competência. As novas normas também contribuiriam para harmonizar os princípios contábeis ao longo de todo o sistema das Nações Unidas.

4. As Nações Unidas estudaram:

- (a) continuar a usar as UNSAS;

- (b) usar as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS, na sigla inglesa), normas financeiras reconhecidas internacionalmente usadas principalmente por entidades com fins lucrativos; e
- (c) adotar as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), normas de contabilidade reconhecidas internacionalmente baseadas diretamente nas IFRS mas aplicadas a entidades do setor público e organizações sem fins lucrativos.

5. Em 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas selecionou as IPSAS porque essas normas são voltadas especificamente para as entidades do setor público. A adoção dessas novas normas pelas Nações Unidas e suas agências especializadas estava programada para o dia 1º de janeiro de 2010.

6. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) adotou as IPSAS em janeiro de 2008. Sete agências das Nações Unidas e a OPAS as adotaram em 2010. O Secretariado das Nações Unidas e outras agências das Nações Unidas as adotarão nos próximos quatro anos.

Análise da Situação

7. A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) trabalhou de forma diligente durante o quadriênio para cumprir o prazo para adoção de 1º de janeiro de 2010 e apresentou, aos Órgãos Diretivos da OPAS, resumos sobre as IPSAS e a situação da sua adoção. Além disso, a Repartição trabalhou em estreita colaboração com o Grupo de Trabalho das IPSAS das Nações Unidas com respeito à interpretação e aplicação das normas. As ramificações da transição para essas novas normas e os desafios contábeis talvez não tenham sido plenamente compreendidos quando a data de janeiro de 2010 foi selecionada e, como resultado, a maior parte das Nações Unidas e suas agências especializadas adotará as IPSAS em 2011, 2012 e 2014.

8. Os princípios das IPSAS são garantia de que as melhores práticas serão usadas ao elaborar demonstrações financeiras. As mudanças significativas exigidas pelas IPSAS abrangem:

- (a) demonstrações financeiras anuais auditadas;
- (b) tratamento das receitas, despesas, ativo e passivo pelo regime de competência; e
- (c) capitalização e depreciação de propriedade, imobilizado e equipamento.

9. Em 2010, a Organização Pan-Americana da Saúde começou a apresentar demonstrações financeiras *anuais* auditadas.

10. A partir de 1º de janeiro de 2010, a RSPA fez a transição da contabilidade da Organização do regime de caixa e de caixa modificado para o regime de competência. Pelo regime de caixa, as receitas e despesas da OPAS eram reconhecidas apenas quando o dinheiro era recebido e quando os desembolsos ou pagamentos eram feitos aos fornecedores ou prestadores. Pelo regime de competência, as receitas da OPAS são reconhecidos quando as contribuições são confirmadas por escrito pelos doadores e pela RSPA, e as despesas são reconhecidas quando da entrega de bens ou prestação de serviços.

11. Um dos primeiros requisitos cruciais para a adoção das IPSAS foi a definição dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2010 das contas refletidas na Demonstração da Posição Financeira. Estavam incluídos nesses saldos iniciais cruciais as seguintes contas:

- (a) A avaliação do ativo e do passivo da Organização:
- os terrenos e prédios foram reconhecidos com base no seu valor de mercado, conforme determinado por avaliadores profissionais;
 - os instrumentos financeiros foram reconhecidos com base no valor de mercado;
 - direitos em caso de rescisão e as obrigações referentes a seguro médico após o desligamento foram reconhecidas com base em uma análise por atuários profissionais.
- (b) Além disso, a RSPA estabeleceu contas a receber no caso de contribuições pendentes (cotas) e compromissos formais (ou seja, “firmados”) e reconheceu receitas e receitas diferidas, respectivamente.
- (c) Ademais, a RSPA reconheceu os recursos financeiros fornecidos para a compra de vacinas e suprimentos médicos como receita diferida até que as vacinas e suprimentos fossem entregues ao respectivo Estado Membro. Após a entrega das vacinas e suprimentos, os recursos financeiros eram transferidos para o campo das receitas referentes ao exercício financeiro.

12. A RSPA está capitalizando todos os ativos na forma de propriedade, imobilizado e equipamento que excedam o limite de US\$ 20 000 e tenham sido obtidos com recursos do orçamento ordinário da Organização a partir de 1º de janeiro de 2010. A Repartição adotou a depreciação anual pelo método linear para as diversas categorias de ativo, usando as categorias de vida útil estabelecidas pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre as IPSAS.

13. Na contabilidade pelo regime de competência, a PAHO é obrigada a reconhecer seus compromissos financeiros com seus funcionários e aposentados na forma de pagamentos por rescisão (ou seja, licença anual, repatriação, etc.) e seguro médico após o

desligamento. O reconhecimento desses compromissos financeiros nas demonstrações financeiras da Organização resultou na informação de um volume significativo de obrigações sem financiamento.

14. Segundo os atuários da OPAS, as obrigações decorrentes do Plano de Direitos Referentes a Rescisão e Repatriação da OPAS somava \$10,21 milhões e os ativos do Fundo para o Plano chegavam a \$9,98 milhões. Portanto, esse passivo sem financiamento totalizava \$236 000. A RSPA analisará periodicamente a posição desse passivo para definir a dedução mensal da folha de pagamento em um nível que mantenha uma posição financeira forte para esse Plano.

15. Além disso, segundo os atuários da OPAS, as obrigações com o seguro médico após o desligamento (ASHI, na sigla inglesa) era de \$257,75 milhões, com os ativos do Plano somando \$24,57 milhões, o que resulta em um passivo líquido sem financiamento de \$233,18 milhões. Com o ajuste de \$46,66 milhões, atribuído ao “corredor” de ganho/perda atuarial, o passivo decorrente do benefício líquido definido reconhecido nas contas da OPAS em 31 de dezembro de 2010 foi de \$186,52 milhões.

16. Esse passivo representa os custos previstos com o seguro médico após o desligamento no longo prazo para o pessoal ativo e aposentados; portanto, precisará ser financiado nos próximos 30 a 40 anos. As possíveis fontes de financiamento que podem ser consideradas poderiam abranger uma combinação dos seguintes elementos:

- (a) uma porcentagem mensal da dedução da folha de pagamento;
- (b) uma parcela dos recursos disponíveis na Conta Especial (*Holding Account*) da OPAS;
- (c) uma parcela dos recursos creditados à “conta excedente” para o pagamento de contribuições (cotas) de biênios anteriores, etc. durante o reconhecimento de ativos com a adoção das IPSAS;
- (d) a definição de uma meta percentual a ser destinada para cobrir o passivo do seguro médico após o desligamento sempre que as receitas superarem as despesas ao fim de um biênio; e
- (e) uma “partida” no Programa Bienal e Orçamento da OPAS.

17. A RSPA alterou os seus sistemas financeiros institucionais de modo a apoiar a contabilidade pelo regime de competência e a capitalização e depreciação de propriedade, imobilizado e equipamento.

18. A RSPA estabeleceu suas políticas contábeis em conformidade com as IPSAS em discussões com um perito técnico, o Presidente atual do Conselho das IPSAS, e as submeteu à apreciação da equipe do Auditor Externo. A RSPA dialogou regularmente

com essa equipe para que o entendimento e a aplicação dos princípios das IPSAS estivessem de acordo com os critérios da equipe do Auditor Externo.

19. Para que os princípios das IPSAS fossem aplicados com exatidão às contas da Organização, a RSPA forneceu documentos descrevendo sua posição sobre todos os temas relacionados às mudanças no tratamento contábil à equipe do Auditor Externo. A RSPA também forneceu demonstrações financeiras pro forma referentes a 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2010 para a análise da equipe. A incorporação das observações do Auditor Externo sobre essas demonstrações pro forma às demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010 permitiu à RSPA finalizar essas demonstrações em tempo hábil.

20. Cada categoria de saldo inicial na Demonstração da Posição Financeira da Organização foi auditada pela equipe do Auditor Externo em outubro de 2010.

21. O apoio, inclusive o financiamento pelos Órgãos Diretivos, foi crucial para a adoção das IPSAS.

Conclusão

22. Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, a partir de 1º de janeiro de 2010, as demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde conterão:

- (a) um relatório integral sobre o ativo e passivo;
- (b) uma representação completa da situação financeira consolidada da Organização;
- (c) uma base exata para comparação com outras organizações internacionais e governos.

23. As informações adicionais constantes das demonstrações financeiras elaboradas conforme as IPSAS podem contribuir para melhorar a governança e o planejamento estratégico no âmbito dos Órgãos Diretivos da Organização, da Diretoria e da Gestão Executiva. Além disso, quem examinar as demonstrações financeiras da Organização terão um entendimento mais completo da sua situação e desempenho financeiros.

Ação pelo Conselho Diretor:

24. Solicita-se que o Conselho Diretor tome nota deste relatório sobre a situação da adoção das IPSAS pela Repartição Sanitária Pan-Americana e faça suas observações.

Referências

1. United Nations. United Nations General Assembly, Investing in the United Nations for a stronger Organization worldwide: detailed report, Report of the Secretary-General, Addendum, Financial management practices (Document A/60/846/Add.3) [online]. Sixtieth session; May 2006; New York: UN; 2006 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/346/73/PDF/N0634673.pdf?OpenElement>.
2. Pan American Health Organization. International Public Sector Accounting Standards (Document SPBA1/3) [online]. First Session of the Subcommittee on Program Budget, and Administration of the Executive Committee, 26-28 March 2007; Washington, DC: PAHO; 2007 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://www.paho.org/english/gov/ce/spba1-03-e.pdf>
3. Pan American Health Organization. International Public Sector Accounting Standards (Document CE140/19) [online]. 140th Session of the Executive Committee; 25-29 June 2007; Washington, DC: PAHO; 2007 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://www.paho.org/english/gov/ce/ce140-19-e.pdf>
4. Pan American Health Organization. International Public Sector Accounting Standards (Resolution CE140.R4) [online]. 140th Session of the Executive Committee; 25-29 June 2007; Washington, DC: PAHO; 2007 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://www.paho.org/english/gov/ce/ce140.r4-e.pdf>
5. Pan American Health Organization. International Public Sector Accounting Standards (Document CSP27/17) [online]. 27th Pan American Sanitary Conference, 59th Session of the Regional Committee of WHO for the Americas; 1-5 October 2007; Washington, DC: PAHO; 2007 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://www.paho.org/english/gov/csp/csp27-17-e.pdf>
6. Pan American Health Organization. International Public Sector Accounting Standards (Resolution CSP27.R18) [online]. 27th Pan American Sanitary Conference, 59th Session of the Regional Committee of WHO for the Americas; 1-5 October 2007; Washington, DC: PAHO; 2007 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://www.paho.org/english/gov/csp/csp27.r18-e.pdf>
7. Pan American Health Organization. Status of the Implementation of the International Public Sector Accounting Standards (Document SPBA3/7) [online]. Third Session of

the Subcommittee on Program Budget, and Administration of the Executive Committee, 11-13 March 2009; Washington, DC: PAHO; 2009 [accessed 24 January 2011]. Available at:

http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=762&Itemid=

8. Pan American Health Organization. Status of Implementation of the International Public Sector Accounting Standards (Document CE144/INF/6-A) [online]. 144th Session of the Executive Committee; 22-26 June 2009; Washington, DC: PAHO; 2009 [accessed 24 January 2011]. Available at:
http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1685&Itemid=
9. Pan American Health Organization. Status of Implementation of the International Public Sector Accounting Standards (Document CD49/INF/4-A) [online]. 49th Directing Council, 61st Session of the Regional Committee of WHO for the Americas; 28 September-2 October 2009; Washington, DC: PAHO; 2009 [accessed 24 January 2011]. Available at: <http://new.paho.org/hq/dmdocuments/2009/CD49-INF-4-A-e.pdf>
10. Pan American Health Organization. Status of Implementation of the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) (Document SPBA4/9) [online]. Fourth Session of the Subcommittee on Program Budget, and Administration of the Executive Committee, 17-19 March 2010; Washington, DC: PAHO; 2010 [accessed 24 January 2011]. Available at:
http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=4317&Itemid=
11. Pan American Health Organization Progress Reports on Administrative and Financial Matters: Status of Implementation of the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) (Document CE146/INF/8) [online]. 146th Session of the Executive Committee; 21-25 June 2010; Washington, DC: PAHO; 2010 [accessed 24 January 2011]. Available at:
http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5815&Itemid=
12. Pan American Health Organization. Progress Reports on Administrative and Financial Matters: Status of Implementation of the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) (Document CD50/INF/8, Rev. 1-A) [online]. 50th Directing Council, 62nd Session of the Regional Committee of WHO for the Americas; 27 September-1 October 2010. Washington, DC: PAHO; 2010 [accessed 24 January 2011]. Available at:
http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8722&Itemid=

B: PLANO MESTRE DE INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Relatório periódico sobre a execução do Plano Mestre de Investimentos de Capital

Introdução

25. Este documento resume as atividades do Plano Mestre de Investimentos de Capital e os projetos para o atual biênio 2010–2011 e aqueles propostos para 2012–2013, bem como os solicitados para o período remanescente do plano decenal 2014–2019 que podem ser financiados pelo Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC) e pela Conta Especial da OPAS.

Plano Mestre de Investimentos de Capital

26. O Plano Mestre de Investimentos de Capital reflete os esforços crescentes da Organização para manter e melhorar sistematicamente a infraestrutura das edificações, equipamentos e tecnologia da informação nas suas instalações em toda a Região. Num esforço para melhorar a transparência e mostrar a coordenação entre atividades e projetos relacionados no Plano Mestre de Investimentos de Capital que são financiados pelo Fundo Mestre de Investimentos de Capital e pela Conta Especial, a Secretaria incluiu referências às atividades e projetos tanto do Fundo como da Conta neste documento e nos anexos.

27. A Conta Especial foi criada com o excesso de disponibilidade orçamentária do biênio 2006–2007. O 48º Conselho Diretor autorizou na Resolução CD48.R1 (outubro de 2008) a execução de projetos únicos, de grande infraestrutura nas áreas administrativas e técnicas. Estes incluíam a criação de Centro de Operações de Emergência/Conhecimento e reparos no teto do edifício da Sede de Washington. contém As descrições específicas dos projetos financiados pela Conta Especial constam no Documento CE146/27 (junho de 2010). Os detalhes sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital são descritos em linhas gerais a seguir.

Fundo Mestre de Investimentos de Capital, financiamentos para o biênio 2010–2011

28. Em janeiro de 2008, o Fundo Mestre de Investimentos de Capital para o biênio 2008–2009 recebeu inicialmente uma verba de \$2 milhões¹ para o Subfundo de Bens Imóveis e Equipamentos e \$6 milhões para o Subfundo de Tecnologia da Informação. De acordo com a Resolução CSP27.R19 (outubro de 2007), a Diretora notificou o Comitê Executivo em junho de 2010 sobre a transferência de \$2 milhões do saldo do Orçamento Ordinário para Programas de 2008–2009 para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital do biênio 2010–2011.

29. Segundo o estipulado nesta mesma resolução, a Diretora recebeu a aprovação do Comitê Executivo em junho de 2010 para transferir um adicional de \$2 milhões referente à receita excedente aos gastos do Orçamento Ordinário para Programas do biênio 2008–2009 para o FMIC de 2010–2011. O novo financiamento foi dividido entre os Subfundos de Bens Imóveis e Equipamentos (\$1 milhão) e o de Tecnologia da Informação (\$3 milhões).

30. No fim do biênio de 2010-2011 (31 de dezembro de 2010), havia um saldo de \$2.987.687 no Subfundo de Tecnologia da Informação, sendo que \$1.588.000 está previsto para alocação aos Serviços de Tecnologia da Informação em 2011, deixando um saldo de \$1.399.687 no Subfundo. A quantia disponível no Subfundo de Bens Imóveis e Equipamentos para 2011 é de \$1.589.502.

31. O Subfundo de Bens Imóveis e Equipamentos pode receber financiamento adicional do Plano de Capital da OMS, que foi reativado no biênio 2010–2011. Ainda não está decidida a distribuição final dos fundos deste programa.

Subfundo de Bens imóveis e Equipamentos

Projetos na Sede em 2010–2011

32. A modernização dos quatro elevadores no edifício da Sede, anteriormente aprovada no biênio 2008–2009, deverá ser realizada neste biênio. A Área de Serviços Gerais na Sede recebeu \$30.000 para realizar um estudo dos sistemas principais do edifício e dos projetos de renovação no edifício da Sede. Estão planejados vários reparos, inclusive: (a) um projeto de recalafetagem para deter a infiltração pluvial pelas brechas no revestimento de pedra exterior (concluído em julho de 2011), (b) uma avaliação/reparo da sala de distribuição elétrica principal situada no porão, feita a cada cinco anos, e (c)

¹ Exceto se indicado de outra forma, todas as cifras monetárias neste relatório são expressas em dólares dos Estados Unidos.

preparação das especificações para o projeto de substituição dos elevadores, para o qual já foram localizados vários consultores em potencial.

Projetos em Representações da OPAS/OMS para 2010–2011

33. Até a data, foram liberados \$495.600 para seis Representações da OPAS/OMS (PWR)² para financiar projetos em 2010–2011. Ver o anexo B-1 para outros detalhes, o qual também apresenta descrições de vários projetos que estão sendo considerados para financiamento em 2011, em diversas Representações e na Sede. Um dos projetos de maior envergadura será a recuperação da Representação da OPAS/OMS no Haiti. Serão usados recursos do FMIC para reembolsar alguns dos custos incorridos pela Representação e debitados ao seu orçamento ordinário, e também iniciar algumas obras, como a reparação dos tanques de combustível com vazamento, antes da reconstrução da asa principal. Os custos das obras de reconstrução terão que ser empenhados no orçamento no próximo biênio. Em julho de 2011, a Representação da Jamaica recebeu fundos para diversos contratos referentes à sua relocação ao edifício CFNI no campus da UWI (Universidade das Índias Ocidentais). As Representações estão elaborando seu próprio plano de 10 anos para avaliar as condições das instalações em toda a Região e ajudar na tarefa de planejamento a longo prazo.

Projetos Planejados para 2012–2013 e 2014–2019

34. Considerando a limitação dos fundos disponíveis, os projetos propostos para Bens Imóveis e Edifícios planejados para o biênio 2012–2013 serão examinados pelo Comitê de Projetos de Investimento em Infraestrutura, que foi criado pela Diretora em setembro de 2009, para analisar os projetos do Plano Mestre de Investimentos de Capital em ambos os subfundos e emitir recomendações sobre suas viabilidades e prioridades. A distribuição de projetos para 2012–2013 e biênios posteriores remanescentes no plano decenal dependerá dos resultados do estudo do edifício da Sede, mencionado anteriormente, assim como da realização de estudos similares em diferentes locais das Representações e Centros.

Subfundo de Tecnologia da Informação

Projetos em 2010–2011

35. Em 2010 foi gasto um total de \$1.773.000 em diversos projetos de tecnologia da informação do Plano Mestre de Investimentos de Capital (anexo B-4), inclusive:

² Também chamado de “representações nos países”.

- compra de computadores de mesa, laptops e equipamentos periféricos (impressoras e outros equipamentos);
- compra e instalação de servidores e infraestrutura de hospedagem de sites;
- atualização e renovação de licenças de software existentes e compra de novas; e
- segurança das informações.

36. Prevê-se que os gastos durante o segundo ano do biênio (anexo B-4) cheguem a \$1.588.000, consistindo no seguinte:

- compras de computadores de mesa e atualizações de memórias para permitir a migração para o Windows 7;
- compras de impressoras e equipamentos periféricos essenciais;
- investimento contínuo em servidores e armazenamento de dados para fortalecer os recursos de processamento em “nuvem privada” da Organização e a capacidade para continuar as operações;
- investimentos contínuos em segurança das informações;
- renovação de licenças de software para rede e equipamentos de rede; e
- investimento contínuo em licenças de software.

Projetos para 2012–2013 e 2014–2019

37. Os projetos planejados para o biênio 2012–2013 (anexo B-4) incluem:

- licenças de software;
- infraestrutura de rede;
- licenças e sistemas para substituir os sistemas telefônicos, principalmente em âmbito nacional;
- equipamentos e software de segurança das informações;
- servidores e infraestrutura de hospedagem de sites na Sede e nas Representações; e
- substituição de computadores de mesa, notebooks e equipamentos periféricos, inclusive impressoras e escâneres.

38. Está previsto que, a partir de 2012, haverá uma mudança significativa para um modelo de computação centrada em servidor que fará uso intensivo da computação em nuvem. Dessa maneira, o investimento em computadores desktops será direcionado para notebooks que substituirão os desktops nos casos onde for exibida maior mobilidade.

39. A tabela que sintetiza o programa de investimentos para 2012–2013 (incluída no anexo B-4) também apresenta os investimentos que serão efetuados nos anos finais do programa decenal que se encerra em 2019. Considerando que os custos atualmente previstos para 2014 e anos posteriores possam ser afetados pela implantação do Sistema de Informação Gerencial da OPAS (PMIS), é provável que ocorram mudanças significativas nos custos projetados a partir desse ano. No momento, esses projetos foram incluídos apenas para fins de informação.

Próximos Passos

40. A Organização está comprometida em controlar e reavaliar de maneira contínua e regularmente os projetos essenciais e seus custos estimados, proporcionando aos Estados Membros informações atualizadas e o mais exatas possível.

Ação pelo Conselho Diretor

41. Convida-se o Conselho Diretor a se inteirar deste relatório e fornecer observações e recomendações.

Anexos

Anexo B-1
Fundo Mestre de Investimentos de Capital
(Subfundo de Bens Imóveis e Equipamentos)
Projetos concluídos e propostos, 2010-2011

Local	Projetos (concluídos ou em curso)	Custos de 2010	Cálculos de 2011
PWR do Chile	Renovação interna no escritório novo após relocação em fevereiro de 2010, pós-terremoto	\$32.997	
PWR de Trinidad e Tabago	Renovação interna no escritório novo após relocação à área fornecida pelo Estado Membro	\$288.775	
PWR do Panamá	Custos parciais de aluguel do sistema de ar-condicionado de substituição na Representação da OPAS/OMS	\$12.000	
PWR do Suriname	Custos finais de renovação no imóvel da Representações da OPAS/OMS fornecido pelo Estado Membro	\$65.000	
PWR da Guiana	Gastos para reparo/renovação de um imóvel fornecido pelo Estado Membro	\$50.800	
PWR do Haiti	Honorários para finalizar a compra do estacionamento adjacente ao PWR (\$6.048) e reparos iniciais no escritório (\$40.000)	\$46.048	
Sede de Washington	Recalafetar o revestimento externo de pedras		\$82.175
PWR do Jamaica	Gastos com relocação para o edifício CFNI		\$104.260
Sede de Washington	Modernização de quatro elevadores, estudo de arquiteto/engenheiro (A/E)		\$35.000
Sede de Washington	Modernização de quatro elevadores - construção		\$850.000
Sede de Washington	Avaliação de situação/elaboração de programa de modernização		\$30.000
Sede de Washington	Avaliação da rede elétrica no porão da Sede		\$35.000
Barbados ECC	Pintura interna		\$52.000
Barbados ECC	Substituição de lajotas e carpete		\$48.000
Barbados ECC	Avaliação e substituição de ar-condicionado		\$61.000
PWR do Haiti	Diversos reparos pagos com recursos do orçamento do Haiti		\$178.611
PWR do Haiti	Substituição de tanques de combustível com vazamento por geradores de emergência		\$41.145
TOTAL		\$495.600	\$1.517.191

Anexo B-2
Gastos atuais de 2010 e previstos de 2011 para os projetos GSO
financiados pela Conta Especial, em 30 de junho de 2011
(US\$)

Local	Descrição do projeto	Gastos finais de 2010	Gastos previstos de 2011
Regional	Centro de Operações de Emergência e Centro de Conhecimento (Perfil 1A da Conta Especial) primeira fonte de financiamento	241.264	2.184.499
Representações nos países	Melhorias nas instalações: melhorias relativas a medidas de segurança e normas mínimas de segurança operacional (MOSS) (Perfil 4A da Conta Especial)	82.560	115.646
Sede (WDC)	Melhorias nas instalações: medidas de economia de energia (Perfil 4B da Conta Especial)	6.000	1.409.000
Sede (WDC)	Melhorias nas instalações : reparos do sistema de drenagem da praça (Perfil 4C da Conta Especial)	0	350.000
Sede (WDC)	Melhorias nas instalações: segurança e medidas sanitárias (Perfil de Conta Especial 4D)	0	100.000
Sede (WDC)	Melhorias nas instalações: reparos no teto da torre do escritório da Sede (Perfil 4E da Conta Especial)	247.923	0
Sede (WDC)	Melhorias nas instalações: renovação dos edifícios da Sede (Perfil 4F da Conta Especial)—primeira fonte de financiamento	0	575.000

Anexo B-3
Gastos atuais de 2010 e gastos previstos de 2011 para os projetos ICT financiados
pela Conta Especial, em 30 de junho de 2011
(US\$)

Descrição do projeto	Valor aprovado	Gastos previstos alocados para 2010-11
2C. Modernização do modelo para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (IT) e Gestão do Conhecimento (KM)	\$1.500.000	\$700.000*
3B. Fortalecimento das comunicações através de melhor conectividade da representação nos países	\$2.000.000	\$1.385.000

*US\$ 300.000 alocados para Gestão e Comunicação do Conhecimento.

Anexo B-4
Custos projetados para projetos no Subfundo de Tecnologia da Informação,
em 30 de junho de 2011
(US\$)

Projeto	2010–2011	2012–2013	2014–2015	2016–2017	2018–2019	Total
Desktops e laptops	486.200	450.000	400.000	400.000	400.000	2.136.200
Outros equipamentos periféricos incluindo impressoras	206.900	250.000	250.000	250.000	250.000	1.206.900
Servidores e infraestrutura de hospedagem de sites	800.000	1.000.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	5.400.000
Segurança das informações	412.650	200.000	230.000	250.000	280.000	1.372.650
Telefonia	216.800	200.000	200.000	200.000	200.000	1.016.800
Infraestrutura de rede	110.500	200.000	200.000	200.000	200.000	910.500
Softwares	1.128.500	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	5.628.500
Totais	3.361.550	3.425.000	3.605.000	3.625.000	3.655.000	17.671.550
